

Candidatos tentam superar armadilhas

PMDB ainda pode fechar com Serra, Roseana torce contra, Garotinho fica sem parceiro e Lula soma o tempo na TV

ALEXANDRE BOTÃO E
LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA — A determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que obriga os partidos a reproduzir nos Estados a aliança fechada para a disputa presidencial, embute algumas armadilhas para os principais candidatos à sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

Antes cortejado por quase todos os candidatos, o PMDB, agora, descarta qualquer outra coligação que não com o tucano José Serra. A governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), é carta fora do jogo do PMDB — legenda que tende, cada vez mais, a desistir de candidato próprio ao Planalto até para facilitar acordos entre seus concorrentes aos governos estaduais e legendas de menor expressão.

Os tucanos não têm mais tanta certeza de que podem convencer o PMDB a celebrar a aliança em torno de Serra. Se embarcar na campanha do ex-ministro, os representantes do partido correm o risco de ficar isolados ou amarrados ao PSDB nas 27 unidades da federação.

Importância — Sem candidato a presidente e sem integrar coligação nacional, o PMDB se fortalece. E, com isso, pode acabar beneficiando a candidata do PFL ao Planalto, Roseana Sarney. Fato que preocupa tucanos. Fora da sucessão presidencial, o PMDB deixa Roseana livre para buscar, informalmente, palanques em Estados nos quais seus representantes e tucanos não se bicam, como São Paulo e Minas, os maiores colégios eleitorais do país.

A importância do PMDB é tanta que Roseana torce para que a regra imposta pelo TSE tenha mesmo implodido qualquer possibilidade de acordo do partido com Serra. Uma aliança PMDB-PSDB deixaria a governadora do Maranhão sozinha nos palanques.

Ganhos e perdas — Entre os candidatos de oposição, o maior prejudicado é o governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB). Mantida como está, a restrição importa pela Justiça Eleitoral às coligações reduz a chance de Garotinho fechar alianças nacionais e limita seu tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV aos dois minutos do partido.

Com isso, Lula, com mais tempo no palanque eletrônico, ganha gás para a campanha do PT e compensa a perda da eventual aliança com o PL — agora, uma possibilidade mais distante. O PL, aliás, deve seguir a trilha do PMDB. Não lançará candidato à Presidência nem participará de coligação nacional. Assim, abre, no Estados, palanques que lhe interessam.

Contestação — A saída para todos, contudo, vem do próprio TSE. O voto apresentado do ministro Sepúlveda Pertence, contrário ao da maioria dos ministros, deu a base para contestar a decisão que limitou as coligações.

Pertence citou o artigo 86 do Código Eleitoral. Ali está escrito: “Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município”. Ou seja, as regras da eleição presidencial não seriam automaticamente aplicadas em Estados e municípios.

Pertence lembrou que a Constituição garante aos partidos “autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento”. Por isso, uma resolução do TSE não tem poder para derrubá-la. Além disso, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecem que o Congresso tem poderes para aprovar um decreto legislativo anulando a resolução da Justiça Eleitoral. Mais uma vez, a base está na Constituição. O inciso 11 do artigo 49 diz que é atribuição do Congresso “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”. Resolução do TSE é norma.



PT de José Dirceu prepara ação contra TSE no Supremo

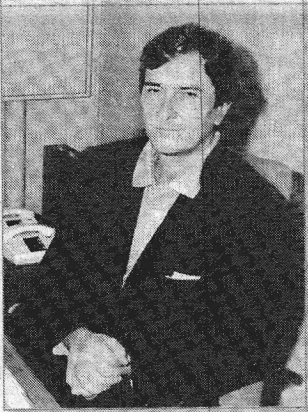
Uma confusão nacional

1 ACRE

O governador Jorge Viana (PT) tenta a reeleição aliado ao PSB do candidato a presidente Anthony Garotinho. O bloco adversário somava o PMDB, PFL e PPB em torno do prefeito de Rio Branco, Flaviano Mello (PMDB)

2 ALAGOAS

A frente anti-Collor era composta pelo PSDB, PMDB e PSB. A coligação apoiaria o atual governador Ronaldo Lessa (PSB) à reeleição. O PT lançou a senadora Heloisa Helena e não formalizou alianças



3 AMAPÁ

PSB e PT haviam se coligado. Na oposição, o PDT conversava com o PPB, PSD, PPS, e PT do B para tentar apoio a Valdez Goes. O PSDB ensaiava aliança com o PMDB, PFL e PL, em torno da candidatura de Fátima Pelaes

4 AMAZONAS

PFL, PMDB e PTB preparavam aliança em torno do senador Gilberto Mestrinho (PMDB), que quer voltar ao governo. Do outro lado, PC do B, PT, PPS, PPB e PSDB discutiam o apoio ao secretário-geral da Presidência, Arthur Virgílio (PSDB)

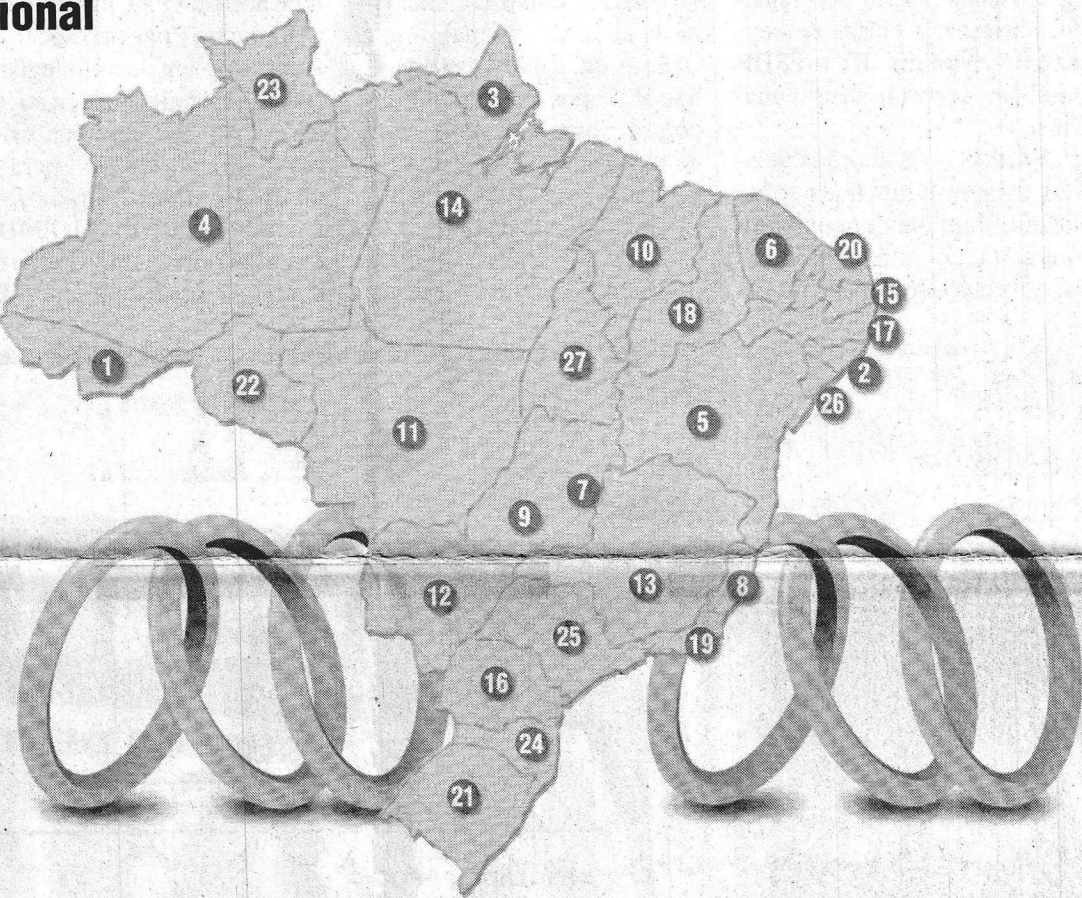
5 BAHIA

PL e PTB uniam-se ao PFL de Antonio Carlos Magalhães. PSDB e PMDB eram aliados. O PT tem candidato próprio e flertava com o PSB



6 CEARÁ

O PSDB contava com o PPS para eleger o senador Lúcio Alcântara ao governo. O PMDB tinha no PFL o principal aliado na campanha do também senador Sérgio Machado. O PC do B havia fechado com o PSB e PDT. O PT e o PL ainda não têm candidatos ao governo



7 DISTRITO FEDERAL

O governador Joaquim Roriz (PMDB), que tenta a reeleição, contava com o PSDB, PFL e PPB, como aliados. O PT embarca sozinho, com o deputado Geraldo Magela, assim como o PSB, que lança o deputado distrital Rodrigo Rollemberg

8 ESPÍRITO SANTO

PSB, PT, PL e PPS formavam um frente de oposição, mas o candidato socialista Paulo Hartung tem votos para vencer sozinho. PSDB e PMDB estavam do outro lado. O PFL não tem candidato

9 GOIÁS

A disputa está polarizada entre o PMDB, do senador Maguito Vilela, e o PSDB, do candidato à reeleição Marconi Perillo. É um dos entraves para a aliança nacional das duas legendas. PFL, PL e PTB estão com os tucanos. PT e PPS formalizaram uma aliança



10 MARANHÃO

O senador Edison Lobão e o vice de Roseana, José Tavares, tinham o aval do PMDB, PSD e do PTB. PSDB e PT tentavam chegar a um acordo para formar com PDT, PPB, PSB e PC do B uma frente ampla de oposição ao PFL

Especialistas esclarecem dúvidas sobre as novas regras

Saiba o que mudou e como fica a situação dos partidos, de acordo com interpretação majoritária no Tribunal Superior Eleitoral e com a opinião de especialistas ouvidos pelo **Jornal do Brasil**.

Partidos com candidatos próprios à Presidência podem fazer qualquer coligação nos Estados?

Não. Só podem se unir a legendas que não sejam integrantes de aliança para a disputa ao Planalto ou que não tenham, isoladamente, candidato à Presidência da República.

As alianças para a Presidência têm de ser mantidas de forma idêntica nos Estados?

Não. Outros partidos podem entrar na coligação estadual desde que não tenham candidato próprio ao Planalto e não estejam apoiando uma terceira legenda no plano federal.

A coligação nacional pode se desmembrar nos Estados?

Sim. Digamos que os partidos A,

B, C e D apoiem o mesmo nome para a Presidência. Nos Estados, cada um pode ter candidato próprio. Além disso, A e B podem se unir e concorrer com C e D.

Um partido que não tem candidato nem alianças na corrida presidencial pode se coligar à vontade nos Estados?

Sim, pois não está disputando a eleição na “jurisdição nacional”. Só não pode agregar no plano estadual legendas que já estejam comprometidas com outras alianças ou com candidatos próprios à Presidência. “Isto lança o partido numa espécie de ostracismo, porque dificilmente encontrará uma legenda forte que não esteja defendendo nenhum nome para o Planalto”, explica o especialista em direito eleitoral Augusto Werneck.

A decisão do TSE é inconstitucional?

Depende da interpretação. Os partidos querem levar a questão ao Supremo Tribunal Federal

(STF). Se for entendido que o TSE fez apenas uma nova leitura da lei eleitoral, a resolução não deve ser considerada inconstitucional. A ilegalidade só estará configurada se o TSE tiver legislado, ou seja, criado um fato novo na lei. Apenas um dos advogados entrevistados pelo **JB**, Torquato Jardim, diz que a resolução não chegará ao STF por ser coerente juridicamente.

Por que os partidos alegam que a mudança não poderia ter sido feita agora?

A legislação eleitoral não pode ser alterada no período de um ano que antecede a eleição. A alegação é válida se for caracterizado que o TSE legislou, excedendo suas funções.

Os especialistas em direito eleitoral consultados pelo **JB** são os advogados Vinícius Cordeiro, Torquato Jardim, Eduardo Ribeiro, Augusto Werneck e o presidente da Comissão de Direito Político Eleitoral da OAB, Luciano Pereira dos Santos

21 RIO GRANDE DO SUL

O PT mantinha aliança com PSB, PC do B e PCB, a mesma que levou Olívio Dutra ao governo. O PPS, até agora isolado, deve oficializar o ex-governador Antônio Brito. O PMDB aposta no senador Pedro Simon. O PSDB ainda não se manifestou

22 RONDÔNIA

PT, PSB e PTB têm pré-candidatos próprios, mas conversavam sobre o lançamento de uma candidatura única. O governador José de Abreu Bianco (PFL) tenta a reeleição, só com o seu PFL. O PMDB se aproximava do PPB, PSDB e PDT, em busca de apoio ao senador Amir Lando

23 RORAIMA

O vice-governador Flamarion Portela (PSL) candidato oficial ao governo do Estado, havia montado aliança com PFL e PDT. O PSDB tem uma candidata única: Tereza Jucá. PT e PMDB ainda não anunciaram planos

24 SANTA CATARINA

O governador Esperidião Amin (PPB) contava com a adesão do PFL, PL e PSDB. Amin ainda não confirmou se disputa a reeleição. O PMDB tentava se aproximar dos tucanos. PDT, PPB e PPS ensaiavam uma candidatura de consenso. E o PT lança candidato próprio

25 SÃO PAULO

O governador Geraldo Aikmin (PSDB) que tenta a reeleição, pretendia conquistar, como companheiros de palanque, o PPS, o PTB e o PFL. O PT, de José Genoíno, o PSB, de Luiza Erundina, e o PPB, Paulo Maluf, aparentemente pouco sofreram. O PMDB buscava uma aliança com qualquer legenda, desde que Oréstes Quêrcia fosse indicado ao Senado



26 SERGIPE

O PSDB, do governador Albano Franco, apoiava a candidatura de Benedito Figueiredo (PMDB). O PT, que pode lançar tanto o prefeito de Aracaju, Marcelo Deda, quanto o senador José Eduardo Dutra, tentava aliança com o PSB

27 TOCANTINS

A base de governo de José Siqueira Campos (PFL), é formada por PSDB, PTB e PPB. A estratégia de Campos era lançar seis pré-candidatos ao governo estadual. O PMDB, maior partido de oposição, negociava uma aliança com o PT, PDT, PV, PPS, PC do B e PSB



20 RIO GRANDE DO NORTE

PPB e PSDB haviam se coligado para apoiar o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB), candidato ao governo. A oposição de centro aproximou PFL, PTB e PL, e a de esquerda, PT, PDT e PC do B. O PSB vai de Vilma de Faria, prefeita de Natal

O levantamento é de Luciana Navarro e Luciano Pires